

# Índice

---

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014	9
DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013	10
Demonstração do Valor Adicionado	11
Comentário do Desempenho	12
Notas Explicativas	15

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	40
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	42
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	43
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	44

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2014</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	71.010
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>71.010</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro**

<b>Evento</b>	<b>Aprovação</b>	<b>Provento</b>	<b>Início Pagamento</b>	<b>Espécie de Ação</b>	<b>Classe de Ação</b>	<b>Provento por Ação (Reais / Ação)</b>
Assembléia Geral Extraordinária	20/01/2014	Juros sobre Capital Próprio	20/01/2014	Ordinária		0,01659
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	01/04/2014	Juros sobre Capital Próprio	01/04/2014	Ordinária		0,02089
Reunião do Conselho de Administração	16/09/2014	Dividendo	22/09/2014	Ordinária		0,74927
Assembléia Geral Extraordinária	15/04/2014	Dividendo	16/04/2014	Ordinária		0,77704

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2014</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2013</b>
1	Ativo Total	850.344	533.159
1.01	Ativo Circulante	297.903	99.087
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	201.480	47.060
1.01.02	Aplicações Financeiras	49.937	19.626
1.01.03	Contas a Receber	45.075	31.665
1.01.03.01	Clientes	24.947	21.781
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	20.128	9.884
1.01.03.02.01	Contas a receber - partes relacionadas	3	16
1.01.03.02.02	Empréstimos a partes relacionadas	19.987	9.840
1.01.03.02.03	Outros créditos	138	28
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.411	736
1.02	Ativo Não Circulante	552.441	434.072
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	325.099	180.846
1.02.01.06	Tributos Diferidos	34.164	31.263
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	34.164	31.263
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	4	8
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	290.665	149.361
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	290.665	149.361
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	266	214
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	266	214
1.02.03	Imobilizado	930	1.075
1.02.04	Intangível	226.412	252.151

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2014</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2013</b>
2	Passivo Total	850.344	533.159
2.01	Passivo Circulante	214.488	140.179
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.399	2.522
2.01.01.01	Obrigações Sociais	2.399	2.522
2.01.02	Fornecedores	7.633	5.239
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	7.633	5.239
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	5.997	3.803
2.01.02.01.02	Cauções contratuais	1.636	1.436
2.01.03	Obrigações Fiscais	19.491	18.979
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	139.338	79.201
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	0	2.463
2.01.04.02	Debêntures	139.338	76.738
2.01.05	Outras Obrigações	16.058	13.817
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.676	1.142
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	881	270
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	795	872
2.01.05.02	Outros	14.382	12.675
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	2.084	1.218
2.01.05.02.06	Credores pela Concessão	11.842	11.264
2.01.05.02.07	Contas a Pagar	456	193
2.01.06	Provisões	29.569	20.421
2.01.06.02	Outras Provisões	29.569	20.421
2.01.06.02.04	Provisão para manutenção em rodovias	29.569	20.421
2.02	Passivo Não Circulante	511.072	245.942
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	445.648	166.242
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	1.013
2.02.01.02	Debêntures	445.648	165.229
2.02.02	Outras Obrigações	27.413	33.979
2.02.02.02	Outros	27.413	33.979
2.02.02.02.03	Credores pela Concessão	27.413	33.910
2.02.02.02.04	Outras Obrigações	0	69
2.02.04	Provisões	38.011	45.721
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.251	1.277
2.02.04.02	Outras Provisões	36.760	44.444
2.02.04.02.04	Provisão para manutenção em rodovias	36.760	44.444
2.03	Patrimônio Líquido	124.784	147.038
2.03.01	Capital Social Realizado	75.819	70.839
2.03.04	Reservas de Lucros	48.965	76.199
2.03.04.01	Reserva Legal	14.168	14.168
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	34.797	62.031

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	91.900	255.854	87.243	235.757
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-31.369	-87.230	-32.308	-89.829
3.03	Resultado Bruto	60.531	168.624	54.935	145.928
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-4.527	-11.709	-2.436	-8.253
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.511	-11.666	-2.432	-8.243
3.04.02.01	Despesas administrativas	-4.226	-10.982	-2.283	-7.712
3.04.02.03	Remuneração da administração	-285	-684	-149	-531
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-16	-43	-4	-10
3.04.05.01	Tributárias	-16	-43	-4	-10
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	56.004	156.915	52.499	137.675
3.06	Resultado Financeiro	-2.258	-14.381	-4.716	-18.617
3.06.01	Receitas Financeiras	16.658	36.978	5.529	13.601
3.06.02	Despesas Financeiras	-18.916	-51.359	-10.245	-32.218
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	53.746	142.534	47.783	119.058
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-17.867	-46.671	-15.599	-38.576
3.08.01	Corrente	-19.312	-49.573	-17.776	-42.663
3.08.02	Diferido	1.445	2.902	2.177	4.087
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	35.879	95.863	32.184	80.482
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	35.879	95.863	32.184	80.482
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	35.879	95.863	32.184	80.482
4.03	Resultado Abrangente do Período	35.879	95.863	32.184	80.482

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	149.535	135.828
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	147.384	136.291
6.01.01.01	Lucro líquido do período	95.863	80.482
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	30.827	28.846
6.01.01.03	Baixa de ativos permanentes	24	352
6.01.01.04	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-2.901	-4.087
6.01.01.05	Variação monetária e juros sobre credores pela concessão	2.407	3.234
6.01.01.06	Receitas com aplicações financeiras vinculadas	-1.740	-1.118
6.01.01.07	Juros e variações monetárias de empréstimos	35	439
6.01.01.08	Juros e variações monetárias de debêntures	41.442	23.876
6.01.01.09	Despesas (receitas) financeiras dos ajustes a valor presente	2.848	2.437
6.01.01.10	Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	129	251
6.01.01.11	Constituição (reversão) de provisão para manutenção	-1.383	8.996
6.01.01.12	Receitas com juros sobre empréstimos com partes relacionadas	-19.354	-7.417
6.01.01.13	Outras	-813	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	2.151	-463
6.01.02.01	Contas a receber	-3.166	-2.880
6.01.02.02	Contas a receber - partes relacionadas	13	-2
6.01.02.03	Despesas antecipadas	-671	-370
6.01.02.04	Impostos a recuperar	3.192	1.299
6.01.02.05	Outros créditos e depósitos judiciais	-162	-53
6.01.02.06	Fornecedores	2.328	-1.475
6.01.02.07	Fornecedores - partes relacionadas	534	-720
6.01.02.08	Cauções contratuais de fornecedores	200	135
6.01.02.09	Obrigações sociais	-123	479
6.01.02.10	Obrigações fiscais	30.385	39.090
6.01.02.11	Imposto de renda e contribuição social pagos	-30.511	-35.274
6.01.02.12	Outras contas a pagar	263	-240
6.01.02.13	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	-155	-96
6.01.02.14	Credores pela concessão	24	-356
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-33.219	-7.653
6.02.01	Aquisições de itens do ativo imobilizado	-310	-366
6.02.02	Aquisições de itens do intangível	-4.049	-2.038
6.02.03	Aplicações financeiras vinculadas	-60.788	-75.968
6.02.04	Valor resgatado das aplicações financeiras vinculadas	31.928	70.719
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	38.104	-246.497
6.03.02	Empréstimos - pagamentos de principal	-3.455	-1.778
6.03.03	Empréstimos - pagamentos de juros	-56	-352
6.03.04	Debêntures - captações	400.527	0
6.03.05	Debêntures- pagamentos de principal	-84.168	-50.491
6.03.06	Debêntures - pagamentos de juros	-14.782	-20.303
6.03.07	Pagamento de credores pela concessão	-8.350	-7.818
6.03.08	Pagamento de dividendos	-113.860	-80.968
6.03.09	Pagamento de juros sobre o capital próprio	-2.752	-3.908



**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013</b>
6.03.10	Integralização de Capital	0	2.121
6.03.11	Empréstimos a partes relacionadas	-135.000	-83.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	154.420	-118.322
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	47.060	141.429
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	201.480	23.107

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	70.839	0	76.199	0	0	147.038
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	70.839	0	76.199	0	0	147.038
5.04	Transações de Capital com os Sócios	4.980	0	-62.031	-61.066	0	-118.117
5.04.01	Aumentos de Capital	4.980	0	-4.980	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-57.051	-56.809	0	-113.860
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-4.257	0	-4.257
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	95.863	0	95.863
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	95.863	0	95.863
5.07	Saldos Finais	75.819	0	14.168	34.797	0	124.784

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	68.718	0	51.758	0	0	120.476
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	68.718	0	51.758	0	0	120.476
5.04	Transações de Capital com os Sócios	2.121	0	-38.014	-48.275	0	-84.168
5.04.01	Aumentos de Capital	2.121	0	-2.121	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-35.893	-42.954	0	-78.847
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-5.321	0	-5.321
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	80.482	0	80.482
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	80.482	0	80.482
5.07	Saldos Finais	70.839	0	13.744	32.207	0	116.790

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013</b>
7.01	Receitas	279.721	257.893
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	272.735	252.891
7.01.02	Outras Receitas	6.986	5.002
7.01.02.01	Receitas de serviços de construção	4.804	2.876
7.01.02.02	Receitas acessórias	2.182	2.126
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-53.577	-58.192
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-16.637	-16.849
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-4.927	-3.050
7.02.04	Outros	-32.013	-38.293
7.02.04.01	Custo da concessão	-6.531	-9.489
7.02.04.02	Custos dos serviços de construção	-4.804	-2.876
7.02.04.05	Custos de provisão para manutenção em rodovias	-19.198	-24.320
7.02.04.06	Outros	-1.480	-1.608
7.03	Valor Adicionado Bruto	226.144	199.701
7.04	Retenções	-30.827	-28.846
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-30.827	-28.846
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	195.317	170.855
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	36.978	13.601
7.06.02	Receitas Financeiras	36.978	13.601
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	232.295	184.456
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	232.295	184.456
7.08.01	Pessoal	13.471	11.174
7.08.01.01	Remuneração Direta	9.989	7.761
7.08.01.02	Benefícios	2.658	2.823
7.08.01.03	F.G.T.S.	824	590
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	72.854	62.638
7.08.02.01	Federais	58.928	49.686
7.08.02.02	Estaduais	199	218
7.08.02.03	Municipais	13.727	12.734
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	50.107	30.162
7.08.03.01	Juros	45.158	25.987
7.08.03.02	Aluguéis	1.152	1.175
7.08.03.03	Outras	3.797	3.000
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	90.883	78.361
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	3.175	5.321
7.08.04.02	Dividendos	0	42.954
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	87.708	30.086
7.08.05	Outros	4.980	2.121
7.08.05.01	Integralização de capital	4.980	2.121



Itirapina, 5 de novembro de 2014 - A Centrovias Sistemas Rodoviários S.A., empresa do Grupo Arteris S.A., comenta seu resultado relativo ao segundo trimestre de 2014 (2T14), período encerrado em 30 de setembro de 2014. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em Reais, estão de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado e notas explicativas inseridas nas informações trimestrais não foram revisados pelos auditores independentes.

## COMENTÁRIO DE DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

### Tráfego Pedagiado (Veículos Equivalentes)

- O volume do tráfego pedagiado foi de 15,0 milhões de veículos equivalentes no 3T14, em relação ao 3T13, apresentou equilíbrio. Historicamente, os fatores que exercem influência no desempenho do tráfego nas estradas concessionadas estão relacionados principalmente à evolução da atividade econômica brasileira, o que inclui os níveis de produção industrial, incremento do tráfego comercial relacionado ao início da cobrança de eixos suspensos a partir de 28 de julho de 2013, além de fatores regionais nas localidades onde estão situadas as rodovias.

### Receita Operacional Bruta

- No 3T14 a Centrovias obteve uma receita bruta de pedágio de R\$100,4 milhões contra R\$95,4 milhões no 3T13, apresentando um crescimento de 5,3%. Essa evolução justifica-se pelo reajuste da tarifa ocorrida em Jul/14.

### Custos e Despesas

- No 3T14, os custos e despesas operacionais totais (excluído depreciação e amortização) somaram R\$24,8 milhões, apresentando um ligeiro acréscimo de 1,6% ante ao 3T13. Desconsiderando a rubrica "custos dos serv.construção", que possui efeito nulo no resultado em atendimento as normas contábeis conforme ICPC01, observa-se uma pequena redução de 0,1% do 3T14 ante ao 3T13.

### EBITDA e EBITDA Ajustado

- O EBITDA do trimestre foi de R\$67,1 milhões, apresentando um acréscimo de 6,8% ante ao 3T13, em razão principalmente do aumento das receitas de pedágio pelo reajuste da tarifa ocorrido em Jul/14. Vale mencionar que sem os efeitos da provisão para a manutenção em rodovias, em atendimento as novas normas contábeis conforme ICPC 01, o EBITDA apresenta acréscimo de 3,3%.

### Resultado Financeiro

- O resultado financeiro líquido apresentou um resultado negativo de R\$2,3 milhões no 3T14, sendo 52,1% menor que o resultado negativo de R\$4,7 milhões registrado no 3T13. Esta redução no resultado financeiro líquido está diretamente relacionada ao aumento das receitas

**Comentário** **Centrovias** **ho**

financeiras em decorrência da contratação de novos mútuos com a Arteris no valor de R\$ 135 milhões realizado em maio e junho e julho de 2014, e aumento das receitas de aplicações financeiras decorrentes da nova emissão de novas debêntures. As despesas financeiras registraram aumento de 84,6% devido a entrada de recursos da 2ª emissão das debêntures, despesas.

**Lucro Líquido**

- A Companhia obteve um lucro líquido de R\$35,9 milhões, representando um aumento de 11,5% ante ao 3T13. Conforme mencionado anteriormente, os principais fatores que contribuíram para esse crescimento foram: (i) aumento da tarifa de pedágio em Julho/14; e (ii) redução nas resultado financeiro.

**Endividamento**

- A Centrovias encerrou o terceiro trimestre de 2014 com um endividamento bruto de R\$585,0 milhões contra R\$568,0 milhões no trimestre anterior. O aumento deve-se principalmente à atualização dos índices dos contratos.

**Investimentos**

- Durante o 3T14 foram desembolsados R\$4,4 milhões em cumprimento ao cronograma de investimentos previstos do contrato de concessão, dentre os principais investimentos destaca-se a 3ª intervenção de pavimento na SP 310 e SP 225, implantação da sinalização e dos dispositivos de segurança nas rodovias SP 225 e SP 310.
- As obras de manutenção e conservação das rodovias somaram R\$19,0 milhões no 3T14, representando 78,5% do montante total desembolsado.



## ANEXO 1 - TABELA DRE

Veículos Equivalentes	3T14	2T14	3T13	Var%		9M14	9M13	Var%
				3T14/2T14	3T14/3T14			9M14/9M13
Centrovias Sistemas Rodoviários S.A.	14.951.620	14.269.947	15.044.395	4,8%	-0,6%	43.403.778	41.001.192	5,9%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS								
(em R\$ Mil)								
	3T14	2T14	3T13	Var%		9M14	9M13	Var%
				3T14/2T14	3T14/3T14			9M14/9M13
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>100.409</b>	<b>90.310</b>	<b>95.351</b>	<b>11,2%</b>	<b>5,3%</b>	<b>279.721</b>	<b>257.893</b>	<b>8,5%</b>
Receitas de pedágio	97.422	88.134	92.572	10,5%	5,2%	272.735	252.891	7,8%
Receitas de obras	2.359	1.445	1.951	63,3%	20,9%	4.804	2.876	67,0%
Receitas acessórias	628	731	828	-14,1%	-24,2%	2.182	2.126	2,6%
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA</b>	<b>(8.509)</b>	<b>(7.716)</b>	<b>(8.108)</b>	<b>10,3%</b>	<b>4,9%</b>	<b>(23.867)</b>	<b>(22.136)</b>	<b>7,8%</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>91.900</b>	<b>82.594</b>	<b>87.243</b>	<b>11,3%</b>	<b>5,3%</b>	<b>255.854</b>	<b>235.757</b>	<b>8,5%</b>
<b>CUSTOS E DESPESAS</b>	<b>(24.761)</b>	<b>(23.322)</b>	<b>(24.380)</b>	<b>6,2%</b>	<b>1,6%</b>	<b>(68.111)</b>	<b>(69.236)</b>	<b>-1,6%</b>
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(10.967)	(10.862)	(10.783)	1,0%	1,7%	(33.044)	(34.081)	-3,0%
Custo dos serv. de construção	(2.359)	(1.445)	(1.951)	63,3%	20,9%	(4.804)	(2.876)	67,0%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(3.722)	(4.593)	(2.194)	-19,0%	69,6%	(10.338)	(7.418)	39,4%
Remuneração da administração	(285)	(399)	(149)	-28,6%	91,3%	(684)	(531)	28,8%
Despesas tributárias	(16)	(21)	(4)	-23,8%	300,0%	(43)	(10)	330,0%
Provisão para manutenção em rodovias	(7.412)	(6.002)	(9.299)	23,5%	-20,3%	(19.198)	(24.320)	-21,1%
Outras receitas operacionais, líquidas	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>EBITDA</b>	<b>67.139</b>	<b>59.272</b>	<b>62.863</b>	<b>13,3%</b>	<b>6,8%</b>	<b>187.743</b>	<b>166.521</b>	<b>12,7%</b>
Margem EBITDA	73,1%	71,8%	72,1%			73,4%	70,6%	
<b>DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES</b>	<b>(11.135)</b>	<b>(10.075)</b>	<b>(10.364)</b>	<b>10,5%</b>	<b>7,4%</b>	<b>(30.828)</b>	<b>(28.846)</b>	<b>6,9%</b>
Depreciação de imobilizado	(504)	(67)	(89)	652,2%	466,3%	(644)	(294)	119,0%
Amortização do intangível	(10.631)	(10.008)	(10.275)	6,2%	3,5%	(30.184)	(28.552)	5,7%
Amortização do diferido	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>(2.258)</b>	<b>(5.406)</b>	<b>(4.716)</b>	<b>-58,2%</b>	<b>-52,1%</b>	<b>(14.381)</b>	<b>(18.617)</b>	<b>-22,8%</b>
Receitas financeiras	16.658	14.073	5.529	18,4%	201,3%	36.978	13.601	171,9%
Despesas financeiras	(18.916)	(19.479)	(10.245)	-2,9%	84,6%	(51.359)	(32.218)	59,4%
<b>LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS</b>	<b>53.746</b>	<b>43.791</b>	<b>47.783</b>	<b>22,7%</b>	<b>12,5%</b>	<b>142.534</b>	<b>119.058</b>	<b>19,7%</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>(17.867)</b>	<b>(14.073)</b>	<b>(15.599)</b>	<b>27,0%</b>	<b>14,5%</b>	<b>(46.671)</b>	<b>(38.576)</b>	<b>21,0%</b>
Corrente	(19.312)	(15.061)	(17.776)	28,2%	8,6%	(49.573)	(42.663)	16,2%
Diferido	1.445	988	2.177	46,3%	-33,6%	2.902	4.087	-29,0%
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>35.879</b>	<b>29.718</b>	<b>32.184</b>	<b>20,7%</b>	<b>11,5%</b>	<b>95.863</b>	<b>80.482</b>	<b>19,1%</b>

EBITDA AJUSTADO								
(em R\$ Mil)								
	3T14	2T14	3T13	Var%		9M14	9M13	Var%
				3T14/2T14	3T14/3T14			9M14/9M13
<b>EBITDA <sup>1</sup></b>	<b>67.139</b>	<b>59.272</b>	<b>62.863</b>	<b>13,3%</b>	<b>6,8%</b>	<b>187.743</b>	<b>166.521</b>	<b>12,7%</b>
(+) Provisão para manutenção de rodovias	7.412	6.002	9.299	23,5%	-20,3%	19.198	24.320	-21,1%
<b>EBITDA Ajustado <sup>2</sup></b>	<b>74.551</b>	<b>65.274</b>	<b>72.162</b>	<b>14,2%</b>	<b>3,3%</b>	<b>206.941</b>	<b>190.841</b>	<b>8,4%</b>

1) EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

2) Considera ajuste referente à provisão p/ manutenção de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICPC 01.

A Centrovias Sistemas Rodoviários S/A é uma empresa controlada pela Arteris S.A., sociedade de capital aberto listada no Novo Mercado. Para maiores informações sobre o Grupo, consultar os [websites www.arteris.com.br](http://www.arteris.com.br) e [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br) (neste acessar, em "acesso rápido", o item "ITR, DFP, IAN, FC. FR e outras informações").

## Notas Explicativas

### CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.

#### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS PARA O PERÍODO FINDO EM 30 de Setembro de 2014

(Valores expressos em milhares de reais-R\$, exceto quando de outra forma mencionado).

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Itirapina, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Washington Luís, km 216,8 Pista Sul. Constituída em 27 de maio de 1998, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A.. A Sociedade iniciou suas operações em 09 de junho de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas e Rodagem de São Paulo - DER/SP nº 16/CIC/97, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411 de 30 de outubro de 1997, e tem por objetivo exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, pelo prazo de 20 anos, a exploração do sistema rodoviário, constituído pela Rodovia SP-310 (Washington Luís) de São Carlos a Cordeirópolis, SP-225 (Engenheiro Paulo Nilo Romano) de Itirapina a Jaú e SP-225 (Comandante João Ribeiro de Barros) de Jaú a Bauru, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, ou seja, aqueles a serem prestados pela concessionária, compreendendo a funções operacionais, as funções de conservação e as funções de ampliação; apoio na execução dos serviços não delegados, ou seja, os serviços de competência exclusiva do Poder Público, não compreendidos no objeto da concessão, e a gestão e fiscalização dos serviços complementares, ou seja, os serviços considerados como convenientes, mas não essenciais, para manter o serviço adequado em todo sistema rodoviário, a serem prestados por terceiros que não a concessionária.

No Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014 não ocorreram mudanças no contexto operacional em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

A emissão das informações trimestrais da Sociedade foi aprovada pela Diretoria em 05 de novembro de 2014.

#### 2. CONCESSÕES

No Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014 não ocorreram mudanças no contrato de concessão em relação a 31 de dezembro de 2013, além do mencionado abaixo:

A Sociedade estima, na data de 30 de setembro de 2014, os montantes de R\$24.147 referentes a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$156.470 referentes a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão. Os valores referentes a 30 de setembro de 2014 poderão ser alterados em



## Notas Explicativas

razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

### 3. BASE PARA PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As informações trimestrais estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela CVM.

As demais informações relativas a: bases de mensuração; moeda funcional e de apresentação e uso de estimativas e julgamento, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto.

### 4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas na elaboração das informações financeiras trimestrais estão consistentes com aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto, considerando as atualizações a seguir:

4.1 Os saldos reais e a valor presente de passivos, circulante e não circulante, nas datas dos balanços estão demonstrados a seguir:

<u>Circulantes</u>	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Provisão para manutenção em rodovias - real	30.602	21.276
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	<u>29.569</u>	<u>20.421</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(1.033)</u>	<u>(855)</u>
Credores pela concessão em rodovias - real (*)	12.144	11.555
Credores pela concessão em rodovias a valor presente (*)	<u>11.842</u>	<u>11.264</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(302)</u>	<u>(291)</u>
<u>Não circulantes</u>	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Provisão para manutenção em rodovias - real	41.151	50.466
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	<u>36.760</u>	<u>44.444</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(4.391)</u>	<u>(6.022)</u>
Credores pela concessão em rodovias - real (*)	30.759	38.734
Credores pela concessão em rodovias a valor presente (*)	<u>27.413</u>	<u>33.910</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(3.346)</u>	<u>(4.824)</u>

(\*) Incluem a parcela variável conformenotaexplicativanº15.

A recomposição dos saldos aos seus valores reais nas datas dos balanços pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira no resultado do exercício.

## Notas Explicativas

### 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Caixa e contas bancárias	1.071	2.211
Aplicações financeiras (*)	<u>200.409</u>	<u>44.849</u>
Total	<u>201.480</u>	<u>47.060</u>

(\*) Representadas por aplicações com liquidez imediata, essas aplicações se referem a Fundos de Investimentos, com insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição.

As aplicações financeiras são remuneradas na média a 100,55% da variação do CDI no período.

### 6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	24.074	20.759
Cupons de pedágio a receber	427	570
Cartões de pedágio a receber	228	84
Receitas acessórias a receber	<u>218</u>	<u>368</u>
Total	<u>24.947</u>	<u>21.781</u>

(\*) Conforme nota explicativa nº24c.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 30 de Setembro de 2014. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

### 7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas para cumprir obrigações contratuais referentes a debêntures. Abaixo se encontra breve descrição dessas obrigações:

#### Debêntures - Sinking Fund

Como garantia ao fiel e total cumprimento das obrigações assumidas, a Sociedade vem retendo e depositando diariamente parte de sua arrecadação para fazer frente ao pagamento dos juros anuais e da parcela de principal das debêntures da 1ª emissão da 2ª série, para que ao final de cada período de juros ou amortização de principal o valor referente ao pagamento esteja constituído. Esses recursos são mantidos em fundo de investimento constituído especificamente para essa finalidade. No período findo em 30 de setembro de 2014 o valor da aplicação é de R\$49.937 (R\$19.626 em 31 de dezembro de 2013), essas aplicações foram remuneradas em média 95,29% da variação do CDI.

**Notas Explicativas****8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS**

Estão representados por:

	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Ativo não circulante		
Bases do ativo diferido:		
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (a).	1.251	1.277
Provisão de participação nos lucros	529	-
Direito de concessão incorporado (b)	(2.122)	(2.463)
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis (c):		
Provisão para manutenção	66.329	64.865
Diferenças de intangível, diferido e imobilizado, líquidas.	34.293	28.715
Ajuste dos encargos financeiros	<u>203</u>	<u>(444)</u>
Base de cálculo	100.483	91.950
Alíquota nominal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>34.164</u>	<u>31.263</u>

- (a) Referem-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais de reclamações pendentes de resoluções.
- (b) Crédito decorrente da amortização do direito de concessão incorporado, registrado até a data-base da cisão da controladora OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., ocorrida em junho de 2006, e, até então, controlado na “parte B” do LALUR da controladora. Com a incorporação da participação da OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., a Sociedade registrou esse crédito, que, atendendo à legislação fiscal, foi amortizado à razão de 20% ao ano fiscalmente e pelo prazo da concessão contabilmente.
- (c) Ajustes decorrentes da adoção inicial das alterações de práticas contábeis adotadas no Brasil.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se previsões de sua Administração. Portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, são como segue:

**Notas Explicativas**

Exercício a findar-se em:

Ativo não circulante

2015 (após setembro)	7.174
2016	7.419
2017	7.680
2018	8.007
Após 2019	<u>3.884</u>
	<u>34.164</u>

**9. IMOBILIZADO**

Amovimentação em 30 de setembro 2014 é como segue:

<u>Custo do imobilizado bruto</u>	<u>Móveis, Utensílios e Instalações</u>	<u>Computadores e Periféricos</u>	<u>Veículos</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31.12.2013	875	2.911	102	3.888
Adições	84	79	-	163
Transferências	(26)	(66)	(1)	(93)
Alienações/Baixas	<u>(33)</u>	<u>(3)</u>	<u>-</u>	<u>(36)</u>
Saldo em 30.09.2014	<u>900</u>	<u>2.921</u>	<u>101</u>	<u>3.922</u>
<u>Depreciação acumulada</u>				
Saldo em 31.12.2013	(475)	(2.236)	(102)	(2.813)
Depreciações	(64)	(577)	(3)	(644)
Alienações/Baixas	53	(11)	<u>5</u>	47
Transferências		<u>418</u>		<u>418</u>
Saldo em 30.09.2014	<u>(486)</u>	<u>(2.406)</u>	<u>(100)</u>	<u>(2.992)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>				
Saldo em 31.12.2013	400	675	-	1.075
Saldo em 30.09.2014	414	515	1	930
Taxas de depreciação - %	10%	20%	20%	-

## Notas Explicativas

### 10. INTANGÍVEL

A movimentação em 30 de setembro de 2014 é como segue:

<u>Custo do intangível</u>	<u>Intangível em rodovias - obras e serviços (a)</u>	<u>Direito de outorga da concessão (b)</u>	<u>Direito de outorga da incorporação (c)</u>	<u>Software</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31.12.2013	582.096	40.280	9.474	2.178	634.028
Adições	3.913	-	-	81	3.994
Transferências/Reclassificações	887	-	-	36	923
Alienações/baixas	(35)	-	-	-	(35)
Saldo em 30.09.2014	<u>586.861</u>	<u>40.280</u>	<u>9.474</u>	<u>2.295</u>	<u>638.910</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2013	(344.175)	(29.580)	(6.890)	(1.232)	(381.877)
Amortizações	(28.188)	(1.417)	(387)	(192)	(30.184)
Transferências/Reclassificações	(437)	-	-	-	(437)
Saldo em 30.09.2014	<u>(372.800)</u>	<u>(30.997)</u>	<u>(7.277)</u>	<u>(1.424)</u>	<u>(412.498)</u>
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2013	237.921	10.700	2.584	946	252.151
Saldo em 30.09.2014	214.061	9.283	2.197	871	226.412
Taxa anual de amortização	16%	16%	16%	16%	-

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados com base na curva de tráfego projetado.
- (b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente. Vide nota explicativa nº 15.
- (c) Refere-se ao direito de outorga proveniente da incorporação da parcela cindida, em junho de 2006, da OHL Participações, antiga controladora da Centrovias. Esse valor está sendo amortizado com base na curva de tráfego projetada.

### 11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

	<u>Encargos anuais</u>	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
<b>Passivo circulante:</b>			
Financiamento de investimentos (BNDES) - automático (a)	TJLP + 3,3% a.a. a 5,30% a.a.	-	2.463
<b>Passivo não circulante:</b>			
Financiamento de investimentos (BNDES) - automático (a)	TJLP + 3,3% a.a. a 5,30% a.a.	-	1.013
TJLP- Taxa de Juros de Longo Prazo.			

- (a) Contrato de abertura de crédito firmado como Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES para financiamento das obras e dos serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, ampliação, operação e

## Notas Explicativas

exploração de rodovias. Como recursos da 2ª emissão de debêntures, a Sociedade antecipou a quitação deste financiamento.

### 12. DEBÊNTURES

Os saldos estão representados por:

	Quantidade emitida unitária	Taxas contratuais (%)	Vencimentos	30.09.2014		31.12.2013	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
1ª série (a)	286.131	CDI + 1,7% a.a.	Março/2015	-	-	67.690	16.847
2ª série (b)	120.000	IPCA + 8% a.a.	Março/2017	58.589	103.865	9.460	148.676
2ª emissão(c)	<u>40.000</u>	CDI + 0,99% a.a.	Junho/2018	<u>81.734</u>	<u>342.880</u>	-	-
	<u>446.131</u>			140.323	446.745	77.150	165.523
Custo de transação				<u>(985)</u>	<u>(1.097)</u>	<u>(412)</u>	<u>(294)</u>
Total				<u>139.338</u>	<u>445.648</u>	<u>76.738</u>	<u>165.229</u>

- (a) 1ª emissão de debêntures - 1ª série de 15 de março de 2010 com valor real unitário em 31 de dezembro de 2013 de R\$1 (mil Reais) cada uma. Com a entrada dos recursos da 2ª emissão de debêntures, a Sociedade antecipou a quitação das debêntures da 1ª série da 1ª emissão em 28 de março de 2014.
- (b) 1ª emissão de debêntures - 2ª série de 15 de março de 2010 com valor real unitário em 30 de setembro de 2014 de R\$1 (mil Reais) cada uma.
- (c) 2ª emissão de debêntures emitidas em 20 de março de 2014 com valor real unitário em 30 de setembro de 2014 de R\$10 (dez mil Reais) cada uma.

As debêntures foram subscritas pelo seu valor real unitário acrescido, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	Data emissão	Valor nominal	Data integralização	Valor Subscrito
1ª Emissão -				
1ª Série	15.03.10	286.131	26.04.10	289.313
2ª Série	15.03.10	120.000	27.04.10	121.899
2ª Emissão -	20.03.14	<u>400.000</u>	25.03.14	<u>400.527</u>
		<u>806.131</u>		<u>811.739</u>

A 1ª série de debêntures foi liquidada antes do previsto devido ao refinanciamento através de nova emissão, conforme item c acima.

A remuneração das debêntures da 2ª série é paga anualmente todo dia 15 do mês de março e será amortizada anualmente a partir de 15 de março de 2015.

## Notas Explicativas

A remuneração das debêntures da 2ª emissão será paga semestralmente com primeiro pagamento em 20 de dezembro de 2014, e os demais pagamentos nos meses de junho e dezembro de cada ano e será amortizada semestralmente a partir de 20 de junho de 2015.

Em 30 de setembro de 2014, as parcelas relativas ao saldo de longo prazo das emissões apresentavam a seguinte composição:

### Ano de vencimento

2015 (após setembro)	57.006
2016	165.718
2017	165.792
2018	<u>57.132</u>
	<u>445.648</u>

As debêntures da 2ª série da 1ª emissão contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros. Para a 1ª emissão conforme divulgado na seção “Informações Relativas à Oferta - Vencimento Antecipado do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública”, todas arquivadas na CVM.

Em 30 de Setembro de 2014, as controladas da Sociedade, emissora das debêntures, não apresentava desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

As debêntures são garantidas por:

1. Penhor de 99,99% das ações de emissão das emissoras. O percentual de penhor será reduzido periodicamente, conforme as debêntures forem sendo amortizadas.
2. Cessão Fiduciária de 80% dos Direitos Creditórios Decorrentes da Exploração das Praças de Pedágio. O percentual da cessão será proporcionalmente reduzido à medida que as debêntures forem amortizadas.
3. Cessão Fiduciária de 100% dos Direitos Creditórios de Indenização.
4. Todas as cotas de emissão do Fundo de Investimento (“Sinking Fund”), conforme descrito na nota explicativa nº7.

As debêntures da 2ª emissão contêm cláusulas restritivas que implicam no vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme divulgado na seção “Escrituras e aditamentos de debêntures”, arquivado na CVM.

Em 30 de setembro de 2014, a Sociedade, emissora das debêntures, não apresentava desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

As debêntures são garantidas por:

## Notas Explicativas

1. Fiança prestada pela Fiadora (Arteris S.A.), em favor dos Debenturistas.
2. A Fiança é prestada em caráter universal e compreenderá a dívida principal e todos os seus acessórios, como juros moratórios, multa convencional ou moratória, e outros acréscimos, inclusive eventuais custos incorridos pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e outras medidas judiciais ou extrajudiciais.
3. O Valor Garantido será pago pela Fiadora em até 3 (três) dias úteis após recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário à Fiadora, que deverá ser acompanhada, quando aplicável, de comprovantes das despesas incorridas.
4. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada pela Fiadora com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.
5. A Fiadora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, a Fiança, até o limite da parcela da dívida efetivamente honrada, sendo certo que a Fiadora obriga-se a somente exigir tais valores da Emissora após os Debenturistas terem recebido integralmente o Valor Garantido.
6. A inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da Fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade, podendo a Fiança ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente.
7. Cabe ao Agente Fiduciário, conforme função que lhe é atribuída por esta Escritura de Emissão e pela Lei das Sociedades por Ações, requerer a execução judicial ou extrajudicial da fiança prevista, em uma ou mais vezes, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora.

### 13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 e as transações realizadas nos períodos findos em 30 de setembro de 2014 e de 2013, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:



**Notas Explicativas**

<u>Ativo circulante</u>	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Empréstimos:		
Arteris (b)	<u>19.987</u>	<u>9.840</u>
	<u>19.987</u>	<u>9.840</u>
Contas a receber:		
Arteris	-	12
Autovias	3	3
Fluminense	-	1
	<u>3</u>	<u>16</u>
<u>Ativo não circulante</u>	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Empréstimos:		
Arteris (b)	<u>290.665</u>	<u>149.361</u>
	<u>290.665</u>	<u>149.361</u>
<u>Passivo circulante</u>	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Fornecedores:		
Latina Manutenção (a)	714	724
Latina Sinalização (a)	<u>167</u>	<u>148</u>
	<u>881</u>	<u>872</u>
Contas a pagar:		
Arteris	792	270
Autovias	3	-
	<u>795</u>	<u>270</u>
Juros sobre capital próprio:		
Arteris	<u>2.084</u>	<u>1.218</u>
	<u>2.084</u>	<u>1.218</u>

Período de Nove Meses

	<u>30.09.2014</u>		<u>30.09.2013</u>	
Contas de Resultado:				
	<u>Conservação</u>	<u>Receitas</u>	<u>Conservação</u>	<u>Receitas</u>
	<u>da rodovia</u>	<u>financeiras</u>	<u>da rodovia</u>	<u>financeiras</u>
Arteris (b)	-	19.354	-	7.417
Latina Manutenção (a)	6.628	-	8.104	-
Latina Sinalização (a)	<u>1.118</u>	-	<u>1.775</u>	-
Total	<u>7.746</u>	<u>19.354</u>	<u>9.879</u>	<u>7.417</u>

**Notas Explicativas**

Contas de Resultado:	Trimestre			
	<u>30.09.2014</u>		<u>30.09.2013</u>	
	<u>Conservação da rodovia</u>	<u>Receitas financeiras</u>	<u>Conservação da rodovia</u>	<u>Receitas financeiras</u>
Arteris (b)	-	9.273	-	3.780
Latina Manutenção (a)	2.224	-	2.273	-
Latina Sinalização (a)	<u>449</u>	<u>-</u>	<u>1.200</u>	<u>-</u>
<b>Total</b>	<b><u>2.673</u></b>	<b><u>9.273</u></b>	<b><u>3.473</u></b>	<b><u>3.780</u></b>

Para aumentar a eficiência do atual critério em relação ao processo de rateio de custos, agilizar o processo administrativo e garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo, a Arteris controladora da Sociedade adotou em abril de 2014 um novo critério de rateio de custos da Holding. Este critério ajusta os percentuais rateados e é distribuído baseando-se na receita das empresas do Grupo.

- (a) Referem-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação inicial da malha rodoviária concedida para a Sociedade.
- (b) Contratos de mútuo ativo com finalidade de suprir a necessidade de capital de giro da controladora Arteris S.A., com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,037% a 1,70% ao ano com vencimentos de juros a partir de dezembro de 2014 e do principal a partir de dezembro de 2015, conforme demonstrados a seguir:

<u>Data da Liberação</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Encargos</u>	<u>Valor do principal</u>	<u>Juros</u>	
				<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
		CDI + 1,037%			
22/08/2008	Dezembro/2015	a.a.	20.000	14.496	12.138
		CDI + 1,037%			
18/09/2008	Dezembro/2015	a.a.	15.000	10.653	8.899
		CDI + 1,037%			
04/12/2008	Dezembro/2015	a.a.	2.000	1.335	1.107
		CDI + 1,037%			
17/12/2008	Dezembro/2015	a.a.	8.000	5.283	4.375
18/04/2013	Abril/2016	CDI + 1,70% a.a.	53.000	7.638	3.255
21/06/2013	Junho/2016	CDI + 1,70% a.a.	30.000	3.875	1.427
09/05/2014	Maio/2017	CDI + 1,40% a.a.	10.000	405	-
20/05/2014	Maio/2017	CDI + 1,40% a.a.	40.000	1.505	-
10/06/2014	Junho/2017	CDI + 1,40% a.a.	55.000	1.734	-
07/07/2014	Julho/2014	CDI + 1,40% a.a.	30.000	727	-
<b>Total</b>			<b><u>263.000</u></b>	<b><u>47.651</u></b>	<b><u>31.201</u></b>

No decorrer do período findo em 30 de setembro de 2014, a Sociedade reconheceu o montante de R\$684 (R\$149 em 30 de setembro de 2013), a título de remuneração de seus administradores. Os administradores, não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, bem como não possuem benefícios indiretos significativos.

## Notas Explicativas

A Sociedade concede a seus empregados a participação no lucro e resultado anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e objetivos. Durante o período corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para Participação nos Lucros e Resultados (PLR) registrados em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$529 e R\$929.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas foram observados estritamente os padrões de mercado, os legais e o interesse da Sociedade. Sempre que necessário essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

### 14. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Estão representadas por:

	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Imposto de renda	11.040	11.221
Contribuição social	5.129	4.548
Imposto de renda retido na fonte-IRRF	178	237
Programa de integração social-PIS	212	201
Contribuição para financiamento da seguridade social-COFINS	979	929

**Notas Explicativas**

Tributos federais retidos	136	180
Impostos sobre serviços - ISS	<u>1.817</u>	<u>1.663</u>
Total	<u>19.491</u>	<u>18.979</u>

**15. CREDORES PELA CONCESSÃO**

Referem-se ao valor do ônus da concessão, devidos ao DER/SP pela outorga da concessão, ajustado a valor presente.

O valor do ônus da concessão será liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em setembro de 1998. O montante é reajustado pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês.

Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas em julho de cada ano com base na variação do IGP-M ocorrida até 31 de maio. Em 27 de julho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Sociedade concordou com o TAM (Termo Aditivo Modificativo) em dezembro de 2011, que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio de IGP-M para o IPCA. As demais correções utilizadas pela concessão serão mantidas pelo IGP-M e possível revisão contratual em base anual junto ao Poder Concedente, para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice somente no reajuste das tarifas de pedágio, poderá determinar o reequilíbrio em favor das Sociedades ou do Poder Concedente, mediante alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. Essa modificação foi aprovada pelo secretário Estadual de Logística e transportes em 28 de junho de 2012 e tornou-se vigente em 2013, a partir do reajuste de 1º de julho de 2013.

Em 27 de junho de 2013 foi publicada no Diário Oficial do Estado, Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP acerca do reajuste das tarifas de pedágio. Em suma, a Deliberação autoriza o reajuste dos pedágios a partir de 01 de julho de 2013 pelo índice do IGP - M, mas com repasse zero aos usuários. Como forma de recomposição do reequilíbrio do contrato de concessão o Conselho Diretor autorizou a cobrança de eixos suspensos para veículos pesados e redução dos percentuais cobrados da outorga variável desde julho de 2013. Na data base de 30 de setembro de 2014, a ARTESP ainda não havia formalizado o Termo Aditivo e Modificativo - TAM, que prevê a sistemática de reequilíbrio do contrato de concessão para estas medidas.

Em 28 de junho de 2014 foi publicada no Diário Oficial do Estado, Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da Artesp acerca do reajuste das tarifas de pedágio. Em suma, a Deliberação autorizou o reajuste dos pedágios a partir de 1º de julho de 2014 pelo índice IPCA com reajuste de 5,04%, que não correspondeu a variação do IPCA do período. A Sociedade não concordou com a decisão unilateral do Governo do Estado de São Paulo, comunicada pela Artesp e vem tomando medidas de defesa para garantir seus direitos.

## Notas Explicativas

Em 19 de setembro de 2014 a Sociedade obteve liminar no Tribunal de Justiça de São Paulo para reajustar integralmente suas tarifas de pedágio. O índice de reajuste a ser aplicado é de 6,37% e está de acordo com a variação acumulada do IPCA registrada no período de junho de 2013 até maio de 2014. O reajuste das tarifas ocorrerá a partir da 0h desta data.

Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

	<u>Valor presente</u>		<u>Valor real em (*)</u>	
	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
<u>Circulante</u>				
Direito de outorga	11.357	10.802	11.659	11.093
Parcela variável (a)	485	462	485	462
<b>Total</b>	<b><u>11.842</u></b>	<b><u>11.264</u></b>	<b><u>12.144</u></b>	<b><u>11.555</u></b>
	<u>Valor presente</u>		<u>Valor real em (*)</u>	
	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
<u>Não Circulante</u>				
Direito de outorga	27.413	33.910	30.759	38.735
<b>Total</b>	<b><u>27.413</u></b>	<b><u>33.910</u></b>	<b><u>30.759</u></b>	<b><u>38.735</u></b>

(\*) Valores reais atualizados até a data de encerramento do período, inseridos somente como informação adicional.

(a) Valor variável correspondente a 3% da receita bruta mensal efetivamente obtida, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. Excepcionalmente, nos meses de julho a setembro, novembro e dezembro de 2013, o ônus variável foi calculado usando o índice de 1,5% sobre a receita bruta como forma de compensação do repasse zero às tarifas de pedágio a partir de 01 de julho de 2013, conforme publicação no D.O.E. de 27 de julho de 2013, processo 015.147/2013 e protocolo 234.316/13.

Em 14 de dezembro de 2013, o conselho diretor da Artesp prorrogou por prazo indeterminado a autorização anteriormente concedida para retenção e desconto de 50% do valor devido a título de Outorga Variável (o que corresponde ao pagamento de 1,5% sobre as Receitas da Concessionária). Esta prorrogação não inclui os pagamentos efetuados em novembro 2013 referente à outorga variável de competência do mês de outubro de 2013.

A quantidade de parcelas a partir de 30 de setembro de 2014 está assim representada:

	<u>Circulante</u>	<u>Parcelas</u>	<u>Total</u>
		<u>Não circulante</u>	
Saldo de parcelas	12	32	44

O valor pago pela Sociedade no decorrer do exercício findo em 30 de setembro de 2014 ao Poder Concedente foi de R\$12.451 (R\$8.350 de parcela fixa e R\$4.101 de parcela variável).

Em 30 de Setembro de 2014, as parcelas relativas ao valor real classificadas no passivo não circulante apresentavam a seguinte composição:

## Notas Explicativas

Ano de vencimento

2015 (após setembro)	2.884
2016	11.535
2017	11.535
2018	<u>8.172</u>
	<u>34.126</u>

### 16. PROVISÕES

#### Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

A Sociedade têm reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais durante o período findo em 30 de setembro de 2014 é conforme segue:

	<u>31.12.2013</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>30.09.2014</u>
Cíveis	273	141	(31)	(104)	279
Trabalhistas	1.004	21	(37)	(16)	972
Total	<u>1.277</u>	<u>162</u>	<u>(68)</u>	<u>(120)</u>	<u>1.251</u>

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões para riscos cíveis e trabalhistas. Tais processos representam os montantes de R\$520 e R\$127 e R\$762, respectivamente em cada natureza de risco, em 30 de setembro de 2014 (R\$548 e R\$126 e R\$728 respectivamente em 31 de dezembro de 2013).

Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

#### Provisão para manutenção

A contabilização das provisões de manutenção nas rodovias é calculada, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo na provisão de manutenção considerados os valores da próxima intervenção.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção durante o período findo em 30 de setembro de 2014 é conforme segue:

**Notas Explicativas**

<u>Provisões</u>	<u>Circulante</u> Manutenção em rodovias	<u>Não Circulante</u> Manutenção em rodovias
Saldos em 31.12.2013	20.421	44.444
Adições	-	12.648
Utilizações	(14.032)	-
Ajuste a valor presente	-	2.848
Transferências	<u>23.180</u>	<u>(23.180)</u>
Saldos em 30.09.2014	<u>29.569</u>	<u>36.760</u>

Os pagamentos efetuados no período findo em 30 de setembro de 2014, referentes às manutenções realizadas, foram de R\$19.019 (R\$22.260 em 31 de dezembro de 2013).

**17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

- a) O capital social subscrito em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 é de R\$104.798, integralizados pelos valores de R\$75.819 e R\$70.839, respectivamente. As ações ordinárias sem valor nominal em 30 de setembro de 2014 estão demonstradas a seguir:

	Quantidade de ações subscritas	<u>30.09.2014</u> Quantidade de ações integralizadas	Participação - %
Arteris S/A.	101.483.834	73.421.370	100%

Em 16 de abril de 2014 a Sociedade integralizou capital no valor de R\$4.980.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

- b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos:

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

No período findo em 30 de setembro de 2014, foram distribuídos dividendos do total da reserva de lucros no montante de R\$62.031, sendo pago em abril de 2014 o valor de R\$57.051 de dividendo

## Notas Explicativas

adicional proposto referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e R\$4.980 foram integralizados como capital.

Em 22 de setembro de 2014 a sociedade efetuou antecipação de dividendos referente ao período de 30 de junho de 2014 no montante de R\$ 56.809, mediante a utilização dos saldos da conta de reservas de lucros a títulos de dividendos declarados na Reunião da Administração de 16 de setembro de 2014.

### Juros Sobre Capital Próprio

O limite máximo para determinação dos juros sobre o capital próprio é definido com base no patrimônio líquido da Sociedade, usando a TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro e, conforme exigência legal, limitado a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo de lucros acumulados antes de incluir o lucro líquido do próprio exercício, o que for maior. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, esse montante, que está abaixo do valor apurado com base nos parâmetros definidos por lei, foi considerado dedutível para fins de Imposto de Renda.

No decorrer do período findo em 30 de setembro de 2014 a Sociedade propôs distribuição lucros antecipados sobre a forma de juros sobre capital próprio no montante de R\$3.619, líquido de R\$638, referente ao imposto de renda retido na fonte, dos quais R\$1.533 foram pagos no período findo em 30 de setembro de 2014.



**Notas Explicativas****18. RECEITAS**

Estão representadas por:

	<u>30.09.2014</u>		<u>30.09.2013</u>	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receita de serviços prestados	97.422	272.735	95.272	252.891
Receita de serviços de construção	2.359	4.804	1.951	2.876
Outras receitas	<u>628</u>	<u>2.182</u>	<u>828</u>	<u>2.126</u>
	<u>100.409</u>	<u>279.721</u>	<u>95.351</u>	<u>257.893</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período é como segue:

	<u>30.09.2014</u>		<u>30.09.2013</u>	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receita bruta	100.409	279.721	95.351	257.893
ISSQN	(4.897)	(13.727)	(4.665)	(12.734)
PIS	(643)	(1.805)	(613)	(1.674)
COFINS	<u>(2.969)</u>	<u>(8.335)</u>	<u>(2.830)</u>	<u>(7.728)</u>
Receita líquida	<u>91.900</u>	<u>255.854</u>	<u>87.243</u>	<u>235.757</u>

**19. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA**

Estão representados por:

	<u>30.09.2014</u>		<u>30.09.2013</u>	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Custos:				
Custo de construção	2.359	4.804	1.951	2.876
Com pessoal	3.384	9.829	3.253	9.300
Serviços de terceiros	2.479	7.197	2.354	7.070
Depreciação / amortização	10.631	30.184	10.275	28.552
Custos com poder concedente	1.471	4.124	1.401	6.251
Seguros / garantias	503	1.363	402	1.360
Conservação	1.874	6.873	2.184	6.620
Provisão de manutenção em rodovias	7.412	19.198	9.299	24.320
Outros	<u>1.256</u>	<u>3.658</u>	<u>1.189</u>	<u>3.480</u>
Total	<u>31.369</u>	<u>87.230</u>	<u>32.308</u>	<u>89.829</u>

**Notas Explicativas**

	<u>30.09.2014</u>		<u>30.09.2013</u>	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas:				
Com pessoal	1.894	5.082	1.026	3.051
Serviços de terceiros	1.211	2.547	556	2.832
Depreciação / amortização	504	643	89	294
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	-21	94	187	251
Seguros / garantias	6	18	3	7
Consumo	589	1.566	269	815
Transportes	153	440	100	322
Outros	<u>175</u>	<u>592</u>	<u>53</u>	<u>140</u>
Total	<u>4.511</u>	<u>10.982</u>	<u>2.283</u>	<u>7.712</u>

**20. RESULTADO FINANCEIRO**

Estão representados por:

	<u>30.09.2014</u>		<u>30.09.2013</u>	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receitas financeiras:				
Juros ativos	9.273	19.354	3.780	7.417
Aplicações financeiras	7.383	17.615	1.433	5.822
Outras receitas	<u>2</u>	<u>9</u>	<u>316</u>	<u>362</u>
Total receitas	<u>16.658</u>	<u>36.978</u>	<u>5.529</u>	<u>13.601</u>
Despesas financeiras:				
Encargos financeiros	(16.718)	(42.876)	(6.928)	(24.227)
Atualização monetária do ônus da concessão	(66)	(2.407)	(1.570)	(3.238)
Ajuste a valor presente	(1.045)	(2.848)	(856)	(2.437)
Outras despesas	<u>(1.087)</u>	<u>(3.229)</u>	<u>(891)</u>	<u>(2.316)</u>
Total despesas	<u>(18.916)</u>	<u>(51.360)</u>	<u>(10.245)</u>	<u>(32.218)</u>

**Notas Explicativas****21. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

## a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

## (b) Informações suplementares

	<u>30.09.2014</u>	<u>30.09.2013</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	(608)	647
Integralização de capital	4.980	2.121
Juros sobre capital próprio	2.084	1.783

**22. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos nove meses e trimestres findos em 30 de setembro de 2014 e de 2013 é como segue:

	<u>30.09.2014</u>		<u>30.09.2013</u>	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	53.746	142.534	47.783	119.058
Alíquota vigente combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	(18.274)	(48.462)	(16.246)	(40.480)
Ajustes para a alíquota efetiva:				
Juros sobre o capital próprio	368	1.447	713	1.809
Outros ajustes	<u>40</u>	<u>344</u>	<u>(66)</u>	<u>95</u>
Despesa contabilizada	<u>(17.867)</u>	<u>(46.671)</u>	<u>(15.599)</u>	<u>(38.576)</u>
Despesas de imposto de renda e contribuição social:				
Correntes	(19.312)	(49.573)	(17.776)	(42.663)
Diferidos	1.445	2.902	2.177	4.087

Em 11 de novembro de 2013 foi editada a Medida Provisória - MP 627 transformada em lei nº. 12.937 em 13 de maio de 2014, introduzindo

## Notas Explicativas

modificações nas regras tributárias e eliminando o Regime de Tributação Transitória - RTT adotado pela Sociedade para fins de apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido.

Até a conclusão das informações trimestrais de 30 de setembro de 2014 a Administração da Sociedade não havia decidido sobre a adoção antecipada desta Lei, para o exercício de 2014.

### 23. LUCRO POR AÇÃO

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação.

	<u>30.09.2014</u>		<u>30.09.2013</u>	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
<u>Básico/Diluído</u>				
Lucro do período	35.879	95.863	32.184	80.482
Quantidade média ponderada de ações ordinárias	<u>71.010</u>	<u>71.010</u>	<u>68.599</u>	<u>67.458</u>
Lucro por ação	<u>0,5052</u>	<u>1,3500</u>	<u>0,4692</u>	<u>1,1931</u>

Não há diferença entre lucro básico e lucro diluído por ação por não ter havido durante o período findo em 30 de setembro de 2014, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

### 24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

#### Gestão de risco de capital

A Administração da Sociedade gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Sociedade consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e as reservas de lucro.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo

## Notas Explicativas

médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

### Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, devido ao que segue:

Empréstimos e financiamentos e debêntures: são substancialmente contratados a taxas de juros pós-fixadas.

Contas a receber e fornecedores: possuem prazo médio de 30 dias.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: estão substancialmente indexados ao CDI.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Sociedade não deteve instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Ativos	Empréstimos recebíveis	Empréstimos recebíveis
Caixa e equivalentes de caixa	201.480	47.060
Aplicações financeiras	49.937	19.626
Contas a receber clientes	24.947	21.781
Partes relacionadas	276.364	159.217
Outras contas a receber	138	28
	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Passivos	Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado
Fornecedores e cauções contratuais	7.633	5.308
Empréstimos e financiamentos	-	3.476
Debêntures	584.986	241.967
Partes relacionadas	3.760	2.360
Credores pela concessão	39.255	45.174
Outras contas a pagar	456	193

## Notas Explicativas

### Riscos de mercado

#### a) Exposição a riscos cambiais

Em 30 de Setembro de 2014, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

#### b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 30 de setembro de 2014, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e uma redução de 25% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras.

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I</u> <u>(provável)</u>	<u>Cenário II</u> <u>(+ 25%)</u>	<u>Cenário III</u> <u>(- 25%)</u>	<u>Cenário IV</u> <u>(+ 50%)</u>
CDI	12,00%	15,00%	9,00%	18,00%
Juros a incorrer(*)	(49.094)	(59.882)	(38.121)	(70.496)
Receita de aplicações financeiras	24.290	30.362	18.217	36.434
Receita financeira de mútuo	42.317	51.711	32.890	61.075
IPCA	6,40%	8,00%	4,80%	9,60%
Juros a incorrer(*)	<u>(16.196)</u>	<u>(16.040)</u>	<u>(14.186)</u>	<u>(20.121)</u>
Juros a incorrer líquido(*)	<u>(1.317)</u>	<u>(6.151)</u>	<u>1.200</u>	<u>(6.892)</u>

Fonte dos índices: Relatório Focus- BACEN.

(\*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo CPC, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

#### c) Risco de crédito

Em 30 de setembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, a Sociedade apresentava valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A., de R\$23.847 e R\$20.613, respectivamente, de decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui uma carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação do contas a receber com a CGMP.

## Notas Explicativas

No decorrer do exercício de 2013, entraram em operação as empresas DBtrans S.A., Conectcar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. e Move+ Meios de Pagamento Ltda., também atuando na modalidade de cobrança pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio, sendo os seus saldos em 30 de setembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 de R\$29, R\$146 e R\$196 e R\$14, R\$132 e R\$2, respectivamente, registrados na rubrica “Contas a receber”.

Na rubrica “Contas a receber”, ainda temos as modalidades de recebimento de receitas de pedágio via cupons através da DBtrans S/A, cujos saldos em 30 de setembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 são de R\$421 e R\$570, respectivamente. Existe também o recebimento de pedágio via cartão VISA, sendo os saldos em 30 de setembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 de R\$228 e R\$84, respectivamente.

### d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

<u>Modalidade</u>	Taxa de juros (média ponderada) efetiva - % a.a.	<u>2014</u> (após setembro)	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2018 em diante</u>	<u>Total</u>
Debêntures - CDI	15,03	35.946	223.155	211.116	178.604	120.968	769.789
Debêntures - IPCA	11,99	-				-	
Outorga	5,5	<u>8.744</u>	<u>17.395</u>	<u>10.546</u>	<u>10.546</u>	<u>3.931</u>	<u>42.418</u>
Total		<u>44.690</u>	<u>240.550</u>	<u>221.662</u>	<u>189.150</u>	<u>124.899</u>	<u>820.951</u>

## Notas Explicativas

### 25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

### 26. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, as concessionárias mantêm vigentes apólices de seguros de Riscos Operacionais, Riscos de Engenharia e de Responsabilidade Civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a Concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 30 de setembro de 2014, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

<u>Modalidade</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
	Riscos	
Todos os riscos:	patrimoniais/Perda de receita (*)	180.000
	Responsabilidade civil	24.000
Garantia:	Garantia de execução do contrato de concessão	131.448
(*)Porsinistro		

A Sociedade é fiadora do seguro garantia mencionado anteriormente.



## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIARIOS S/A

Informações trimestrais (ITR) em 30 de setembro de 2014

CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIARIOS S/A

Informações trimestrais (ITR)

em 30 de setembro de 2014

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre a revisão das informações contábeis intermediárias

Balancos patrimoniais

Demonstrações de resultados

Demonstrações dos resultados abrangentes

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto

Demonstrações do valor adicionado

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da

Centrovias Sistemas Rodoviários S/A.

Itirapina - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Centrovias Sistemas Rodoviários S/A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, para o período de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findos naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

## Outros assuntos

## Demonstrações do valor adicionado

Revisamos também as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Itirapina, 05 de novembro de 2014.

BDO RCS Auditores Independentes

CRC 2 SP 013846/O-1

Paulo Sérgio Tufani Francisco de Paula dos Reis Júnior

Contador CRC 1 SP 124504/O-9 Contador CRC 1 SP 139268/O-6

A via original deste relatório foi entregue à Sociedade devidamente assinada, acompanhada das folhas de ITR, revisadas por nós e estão rubricadas tão somente para fins de identificação.

## **Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**

A Sociedade não possui Conselho Fiscal constituído.

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

Centrovias Sistemas Rodoviários S.A.

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Na qualidade de Diretores da Centrovias Sistemas Rodoviários S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, data de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao período findo em 30 de Setembro de 2014.

Itirapina, 06 de Novembro de 2014.

Diretoria:

Olga Maria Ulian Cotrim

Diretora Superintendente

Márcio Augusto Travain

Diretor Administrativo e Financeiro

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin

Diretora Jurídica

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes**

Centrovias Sistemas Rodoviários S.A.

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Na qualidade de Diretores da Centrovias Sistemas Rodoviários S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, data de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao período findo em 30 de Setembro de 2014.

Itirapina, 6 de Novembro de 2014.

Diretoria:

Olga Maria Ulian Cotrim

Diretora Superintendente

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Dra. Maria de Castro Michielin

Diretora Jurídica

Márcio Augusto Travain

Diretor Administrativo e Financeiro